



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

TERMO DE REFERÊNCIA

LICITAÇÃO ELETRÔNICA

**PROJETO EXECUTIVO DO CANAL XINGÓ, FASE I, LOTE I, A
SER IMPLANTADO NOS ESTADOS DA BAHIA E DE SERGIPE**

**BRASÍLIA
NOVEMBRO/2020**

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	2
2. CONCEITUAÇÃO	2
3. CRITÉRIOS LICITATÓRIOS	2
4. INFORMAÇÕES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	3
5. ESCOPO DOS SERVIÇOS	4
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	4
7. PROPOSTA	5
8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	7
9. VALOR DE REFERÊNCIA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRAZO	9
10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO.....	9
11. FISCALIZAÇÃO.....	11
12. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	13
13. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	13
14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	14
15. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	16
16. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	17
17. CONDIÇÕES GERAIS	17
ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS.....	18
ANEXO 2 – RELATÓRIO DO PROJETO.....	21
ANEXO 3 – ORÇAMENTO REFERENCIAL PARA OS SERVIÇOS.....	22
ANEXO 4 - FORMULÁRIO MODELO DA PROPOSTA FINANCEIRA.....	23
ANEXO 5 – ESTUDOS PRELIMINARES DE REFERÊNCIA	24
ANEXO 6 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	25

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação dos serviços de elaboração do Projeto Executivo do Canal Xingó, Fase I, Lote I, a ser implantado nos estados da Bahia e de Sergipe.

2. CONCEITUAÇÃO

- 2.1. Neste Termo de Referência são utilizadas as expressões relacionadas a seguir, com os seguintes significados e interpretações:

- a) **Termo de Referência (TR):** conjunto de informações e prescrições estabelecidas pela CODEVASF com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado serviço ou projeto ou obra ou produto a ser executado ou entregue;
- b) **Especificações Técnicas (ET):** documentação destinada a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais, produtos ou serviços. Assim como a definição de serviços e atividades, a descrição do método construtivo, bem como o controle tecnológico e geométrico;
- c) **Programa de Trabalho (PT):** documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos;
- d) **Cronograma:** representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço ou produto, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços;
- e) **Contrato (CT):** documento que define as obrigações das partes com relação à execução dos serviços, subscrito por ambas: CODEVASF e CONTRATADA;
- f) **Licitante:** empresa de engenharia ou consultoria, interessada na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- g) **Contratada:** empresa engenharia ou consultoria, vencedora da Licitação, e contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- h) **Contratante:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, doravante denominada CODEVASF;
- i) **Fiscal:** equipe da CODEVASF indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização e o acompanhamento do CONTRATO;
- j) **Nota de Empenho:** documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa;
- k) **Ordem de Serviço (OS):** documento formal emitido pela CODEVASF com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do CONTRATO) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.

3. CRITÉRIOS LICITATÓRIOS

- 3.1. Modalidade Licitatória: Licitação Eletrônica.
- 3.1.1. A licitação reger-se-á pelo disposto na [Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016](#) (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.
- 3.2. Modo de Disputa: Aberto.

- 3.3. Divulgação do orçamento estimativo: Público.
- 3.3.1. Justifica-se a publicação do valor estimativo para o contrato com base na complexidade de precificação dos serviços a serem contratados, tendo em vista que o orçamento de referência é base para construção das propostas.
- 3.4. Critério de Julgamento: Menor Preço.
- 3.4.1. Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço está garantida devido a qualificação técnica exigida na etapa licitatória e a especificações técnicas detalhadas para o projeto na etapa de execução do Contrato.
- 3.5. Regime de Execução: Empreitada por preço global.
- 3.5.1. Empreitada por preço global, preço certo e total para os serviços a serem executados.

4. INFORMAÇÕES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. Localização do Objeto:

A área do projeto está inserida na região semiárida do território brasileiro, abrangendo os municípios de Paulo Afonso e Santa Brígida, no Estado da Bahia, e Canindé de São Francisco e Poço Redondo, no Estado de Sergipe (Figura 1).

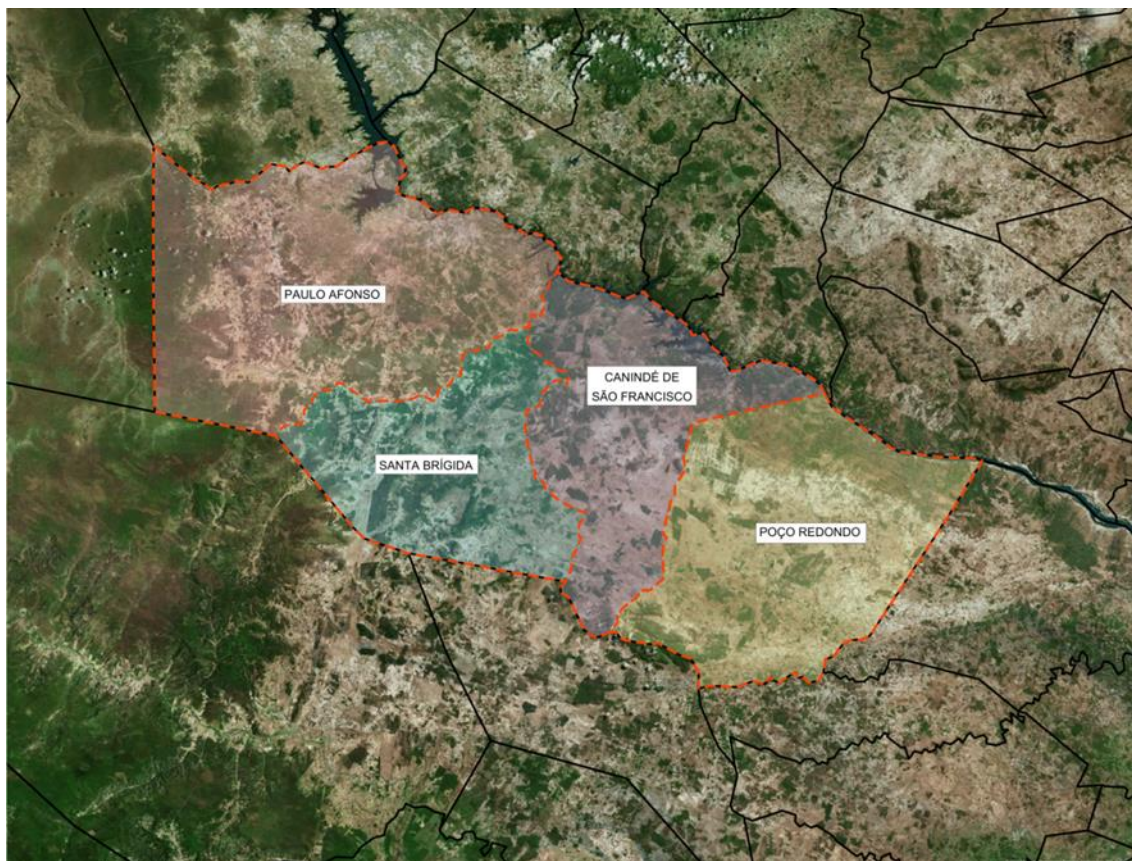


Figura 1 – Área de inserção do Canal Xingó, Fase I

- 4.1.1. O ANEXO 2 – *RELATÓRIO DO PROJETO* apresenta a definição, área de inserção e conceituação detalhada do projeto.

- 4.1.2. A gestão contratual será realizada junto à Gerência de Estudos e Projetos (AD/GEP), no endereço SGAN 601 Conjunto I, CEP 70.830-019, Brasília-DF, com apoio da 4ª Superintendência Regional da Codevasf em Aracaju/SE.
- 4.2. Estudos Preliminares de Referência:
 - 4.2.1. Sistema Xingó – Estudo de Viabilidade de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Naturais – Relatório Final – ENGEORPS, Janeiro/2009;
 - 4.2.2. Anteprojeto de Engenharia da Fase I do Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Naturais do Sistema Xingó – ECOPLAN Engenharia, outubro/2016;
 - 4.2.3. Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e Obtenção da Licença Prévia – LP Junto ao IBAMA para Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Naturais na Área de Influência do Sistema Xingó, nos estados de Sergipe e Bahia – Consórcio XINGÓ AMBIENTAL, Agosto/2013..
 - 4.2.4. Projeto Básico do Canal Xingó, Fase I, Lote I, ENGEORPS Agosto/2020.
- 4.3. Os estudos estão disponibilizados no ANEXO 5 – ESTUDOS PRELIMINARES DE REFERÊNCIA.

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O escopo dos serviços, objeto destes termos de referência, contempla serviços de consultoria para a elaboração do Projeto Executivo do Canal Xingó, Fase I, Lote I, no trecho entre a tomada d'água no reservatório de Paulo Afonso IV até o km 50,5, visando o detalhamento executivo dos serviços e a elaboração das especificações técnica necessários para a implantação das obras.
- 5.2. O desenvolvimento do projeto deverá tomar por base todos os estudos existentes, os quais devem ser assimilados criticamente pela consultora, para completo domínio das informações, com ênfase para: “Estudo Básico do Canal Xingó, Fase I, Lote I”.
- 5.3. A concepção do projeto existente é resultado de ampla articulação social e institucional em diversos níveis. Portanto, a Consultora deverá considerar esta componente presente no contexto dos trabalhos, para a consecução do objeto proposto nestes termos de referência.
 - 5.3.1. O escopo detalhado dos serviços a serem realizados encontra-se no *ANEXO 5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS*.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Condições gerais: Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação que atendam às exigências do TR e seus anexos e que possuam, até a data de aceitação da melhor proposta, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf.
- 6.2. Sobre Consórcios: Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio, no máximo de 2 empresas, baseado no princípio da ampliação da disputa objetivando a economicidade, com a possibilidade de participação de maior número de Empresas, conforme justificativas apresentadas no *ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS*.
- 6.3. Sobre Cooperativas: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos

cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017, e conforme justificativas apresentados no *ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS*.

- 6.4. Sobre Subcontratação: Será permitida a subcontratação de parte dos serviços objeto deste TR, com anuência prévia da Codevasf, conforme justificativas apresentadas no *ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS*, com as respectivas limitações:
- 6.4.1. Subcontratação estritamente não permitida para as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto.
- 6.4.2. Subcontratação parcial ou total permitida nas atividades auxiliares e que, por não dizerem respeito às atividades fim da contratada, não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas, tal como serviços destinados à obtenção de dados complementares, inspeções e levantamento de campo, ensaios laboratoriais, elaboração de mapas e planilhas de cálculo, revisão e editoração de documentos.
- 6.5. Sobre Microempresas: As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.
- 6.6. Visita aos locais: A visita aos locais de prestação dos serviços **não é obrigatória**, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 6.6.1. É de inteira responsabilidade da LICITANTE a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 6.6.2. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da LICITANTE.
- 6.6.3. A LICITANTE ao encaminhar a PROPOSTA, estará declarando automaticamente que conhece o local e que possui uma avaliação dos problemas futuros. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos estudos.
- 6.6.4. Em caso de dúvidas sobre as visitas aos locais onde serão executados os serviços, solicitação de informações e esclarecimento de dúvidas a LICITANTE deverá entrar em contato com a Gerência de Estudos e Projetos (AD/GEP) nos telefones (61) 2028-4411 ou (61) 2028-4389.
- 7. PROPOSTA**
- 7.1. A Proposta Financeira, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.
- 7.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos, que deve ser preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do *ANEXO 4 - FORMULÁRIO MODELO DA PROPOSTA FINANCEIRA*, que é parte integrante deste TR, observando-se os preços máximos globais orçados pela Codevasf:

- a) Planilha de Proposta Financeira do Projeto (FPRO), incluindo os quantitativos, custos e preços (unitários e total) dos insumos, mão de obra, custos administrativos, remuneração da empresa e despesas fiscais;
 - b) Planilha de Serviços Topográficos e Planilha de Serviços Geotécnicos: quantitativos, preços (unitários e total) serviços. Os preços desses serviços devem considerar as despesas indiretas (lucro, impostos, administração central, risco, garantia, despesas fiscais etc.), pois serão pagos de forma distinta, conforme quantitativo efetivamente executado e com base única e exclusivamente no preço proposto pela licitante.
- 7.2.1. A composição do preço global elaborado pela LICITANTE deve ser construída com base nos custos da empresa e deve representar todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais obrigatórios e previdenciários, lucro, e demais despesas indiretas. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 7.2.2. Os custos dos salários dos profissionais referidos nestes Termos de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº 4.950A/66 (caso dos insumos P) ou aos pisos fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria profissional e em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da PROPOSTA.
- 7.2.2.1. Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008.
- 7.2.2.2. Como o serviço será executado em sua maioria no próprio ambiente da CONTRATADA (exemplo: sede, escritórios), foram considerados como despesa indireta inclusa nos Custos de Administração) os custos fixos (bens imóveis e móveis, computadores, softwares, custos da equipe de administração central, manutenção do escritório etc.), e os custos variáveis (treinamento, programa de qualidade, auditoria interna etc.) da sua administração.
- 7.3. A Proposta deve se basear no *ANEXO 3 - ORÇAMENTO REFERENCIAL PARA OS SERVIÇOS*, e não pode apresentar:
- a) Preço global da proposta maior que a orçada pela CODEVASF;
 - b) Custo unitário por insumo maior que a orçada pela CODEVASF;
 - c) Modificação nos quantitativos das planilhas de serviços Topográficos e Geotécnicos;
 - d) Custos e preços unitários inexequíveis.
- 7.4. Na PROPOSTA apresentada pela LICITANTE deverá estar incluído todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.
- 7.5. A Proposta Financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da LICITANTE, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e

tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão de obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

- 7.6. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1. Para a qualificação técnica, as LICITANTES deverão apresentar:

- 8.1.1. Registro ou inscrição da LICITANTE no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência ou serviços similares.

- 8.1.2. Comprovação de **capacidade técnica-operacional** da LICITANTE, representado por certidão(ões) ou atestado(s) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico - CAT do profissional responsável à época, que comprove que o licitante tenha executado serviços em obras hídricas similares em porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, com os seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Projeto Básico ou Executivo de Canal Adutor com vazão acima de 8 m³/s.	15.000,00 m
2.0	Projeto Básico ou Executivo de Túnel.	720 m
3.0	Projeto Básico ou Executivo de Obras de Arte Especiais (aquedutos) com comprimento mínimo de 100 m.	01 und

- 8.1.2.1. É permitido o somatório dos quantitativos estipulados no item “8.1.2” na coluna QUANTIDADE, mediante comprovação em mais de um atestado;
- 8.1.2.2. Definem-se como obras similares: obras construtivamente afins à execução de canais adutores, àquelas especialmente no campo de infraestrutura hídrica (canais de drenagem, canalização de rios etc.).
- 8.1.2.3. Definem-se como obras de porte e complexidade similares àquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Projeto Executivo – Anexo VI, parte integrante deste Termo de Referência. Admite-se para a comprovação dos aquedutos a execução de projeto de pontes com mesma extensão.
- 8.1.2.4. Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque, os seguintes dados:
- Local de execução;
 - Nome da contratante e da contratada;
 - Nome do(s) responsável(eis) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e números de registro(s); e
 - Relação dos serviços executados;
- 8.1.2.5. Em caso de apresentação por LICITANTE de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
 - b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
- 8.1.3. Comprovação de **capacidade técnica-profissional** do Coordenador Geral, representado por Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, que comprove ter o profissional executado serviço de compatível com o objeto deste Termo de Referência ou serviços similares (vide item 8.1.2.2.).
- 8.1.4. Declaração do Coordenador com aceite em participar dos serviços como responsáveis técnicos da empresa, e respectivo comprovante de vínculo contratual entre o(s) profissional(is) e a LICITANTE. A declaração deve conter: nome completo, nº CPF, nº identidade, nº do registro no CREA.
- 8.1.4.1. Considera-se como comprovante de vínculo contratual:
- a) Empregado: carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou ficha/livro de registro;
 - b) Autônomo: contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil;
 - c) Dirigente ou sócio: contrato social ou ato constitutivo da empresa;
 - d) Os comprovantes a alínea “a” e “b” poderão ser substituídos por declaração de contratação futura com anuência por escrito do profissional.
- 8.1.4.2. Durante a execução do CONTRATO o profissional indicado como Coordenador ou Supervisor pode ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela CODEVASF.
- 8.1.4.3. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como Responsável Técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- 8.2. Em caso de Subcontratação, as LICITANTES deverão apresentar os seguintes documentos de qualificação técnica da SUBCONTRATADA:
- 8.2.1. A indicação de subcontratação deverá ser realizada durante o processo licitatório **OU POSTERIORMENTE** durante a execução do CONTRATO, conforme Art. 78 da Lei 13.303/16, desde que respeitado os limites de subcontratação, a qualificação técnica, e aprovado previamente pela CODEVASF.
- 8.2.2. Registro ou inscrição da SUBCONTRATADA no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, demonstrando o ramo de atividade (em sua disciplina subcontratada) pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência.
- 8.2.3. Comprovação de **capacidade técnica-operacional** da SUBCONTRATADA, representado por certidão(ões) ou atestado(s) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado do CAT - Certidão de Acervo Técnico do profissional responsável à época, comprovando a execução de serviços compatível com o objeto deste Termo de Referência.
- 8.2.3.1. Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque, os seguintes dados:
- a) Local de execução;

- b) Nome da contratante e da contratada;
- c) Nome do(s) responsável(eis) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e números de registro(s); e
- d) Relação dos serviços executados;

8.2.4. Durante a execução do CONTRATO a SUBCONTRATADA indicada pode ser substituída por empresa com capacidade equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela CODEVASF.

9. VALOR DE REFERÊNCIA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRAZO

9.1. Valor de Referência: Os serviços objeto destes TR estão orçados no valor global de R\$ 8.246.679,51 (oito milhões, duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos), a preços de novembro/2020, conforme indicado no orçamento constante no *ANEXO 3 - ORÇAMENTO REFERENCIAL PARA OS SERVIÇOS*. Este valor corresponde ao valor máximo de referência para elaboração de propostas pelas LICITANTES.

9.1.1. Estão inclusos no valor acima, os custos indiretos, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos.

9.1.2. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base na Tabela de Referência para Engenharia Consultiva da Codevasf para o estado do Distrito Federal, na data-base 2020, não desonerado, atendendo ao disposto na Lei nº 13.080, de 02/01/2015 (LDO 2015) e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos os custos indiretos, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.

9.1.3. No orçamento de referência foram consideradas para as composições das despesas indiretas as seguintes taxas:

- a) Despesas Fiscais: ISS = 5,00%; PIS = 1,65%; COFINS = 7,6%. Foi considerado a tributação sob “Regime de Incidência Não Acumulativa”.
- b) Encargos Sociais: Com vínculo = 72,54%; Autônomos (Sem vínculo) = 20%
- c) Outras Despesas: Custos da administração = 25,00%; Remuneração da Empresa (Lucro) = 10,00%.

9.2. Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte funcional programática:

- a) 18.544.2221.14VI.0001: implantação de infraestruturas hídricas para oferta de água.

9.3. Prazo: O prazo de execução do CONTRATO será de 440 (quatrocentos e quarenta) dias, contados a partir da data da emissão da primeira Ordem de Serviço (OS), podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

9.3.1. Neste prazo estão inclusos os dias necessários à execução dos serviços, análise e aprovação dos relatórios parciais, bem como 30 (trinta) dias para análise e aprovação da minuta do relatório final e 10 (dez) dias para editar e entregar a versão definitiva e mais 90 (noventa) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

10.1. Os pagamentos dos serviços serão efetuados em reais, com base na entrega e aprovação de cada PRODUTO, obedecendo os preços globais indicados no cronograma físico

financeiro apresentado pela CONTRATADA em sua PROPOSTA, e conforme a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pelo FISCAL da Codevasf, formalmente designado, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- 10.2. A fiscalização autorizará a CONTRATADA a emitir os respectivos documentos de cobrança;
- 10.2.1.1. Caso existam dúvidas acerca dos relatórios e documentos, a parcela referente a esses serviços poderá ser retida até que as mesmas sejam sanadas pela CONTRATADA. Depois de sanados os motivos da retenção, a Codevasf terá 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento da referida parcela.
- 10.3. Serviços à preço global: os projetos executivos oriundos deste serviço contratados serão pagos à preço global conforme etapas definidas no cronograma físico-financeiro aprovado pela Codevasf.
- 10.4. Serviços à preço unitário: os serviços de campo indicados nas planilhas de serviços topográficos e geotécnicos serão pagos conforme preços indicados e quantitativos efetivamente executado e comprovado necessários para execução do Projeto Executivo.
- 10.4.1. O pagamento será mediante a emissão de faturas mensais, condicionado a:
 - a) Autorização formal e expressa da fiscalização, atestando a realização dos serviços em pauta, de acordo com o programa de trabalho;
 - b) Apresentação, anexa à fatura, dos comprovantes técnicos que lhes deram origem (cadernetas de campo, boletins de sondagens, laudos, resultados de análises e ensaios, relatórios, etc.), conforme padrão estabelecido pela Codevasf.
- 10.4.2. As variações para mais ou para menos das previsões apresentadas pelo concorrente licitante em sua proposta, não poderão servir de pretexto para pleitos de modificação dos preços unitários oferecidos;
- 10.4.3. Todos os custos necessários como mão-de-obra, laboratório, equipamentos, serviços gráficos, veículos, mobilização e desmobilização, despesas fiscais, remuneração de escritório, etc., deverão estar incluídos.
- 10.4.4. Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 10.5. Os Relatórios são meio de entrega dos serviços prestados, nas datas finais de cada período de aferição estabelecidas nos cronogramas físico-financeiros. Os relatórios são passíveis de subdivisão ou agrupamento conforme determinação da CODEVASF.
- 10.5.1. O cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA deve atender as exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento de entrega dos projetos objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da Ordem de Serviço, ou durante a execução do CONTRATO, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência.
- 10.6. Sobre o reajustamento:
 - 10.6.1. Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I_1 - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R é o valor do reajustamento procurado;

V é o valor contratual a ser reajustado;

I₁ é o índice correspondente ao mês do aniversário da proposta;

I₀ é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta.

- 10.6.2. Os índices a serem considerados no reajustamento serão extraídos das tabelas publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 39 (Custo Nacional da Construção Civil) - Serviços de Consultoria.

11. FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 11.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 11.3. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 11.4. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 11.5. Checar se a CONTRATADA disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 11.6. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 11.7. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 11.8. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela CONTRATADA.
- 11.9. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as devidas justificativas.

- 11.10. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 11.11. O fiscal do contrato deverá analisar os relatórios e documentos apresentados pela CONTRATADA, conforme os prazos estabelecidos no subitem 10.2, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 11.12. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à CONTRATADA.
- 11.13. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 11.14. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 11.15. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 11.16. Receber e encaminhar ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 11.17. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 11.18. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 11.19. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 11.20. Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 11.21. Informar ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 11.22. Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 11.23. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 11.24. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 11.25. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas

as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

12. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 12.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da garantia/caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 13 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.
- 12.2. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 12.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 12.4. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 12.5. Na hipótese da necessidade de nova correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 12.6. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 12.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela elaboração do projeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 12.8. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 12.9. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
 - 12.9.1. Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
 - 12.9.2. Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - 12.9.3. Liberação da Garantia/Caução Contratual.
- 12.10. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

13. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

- 13.1. A Contratada emitirá os seguintes relatórios para cada evento concluído, conforme cronogramas físico e financeiro:

- 13.1.1. Relatório de Andamento – documento mensal de caráter administrativo para apresentar o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos;
- 13.1.2. Relatório Específico - documento técnico de caráter eventual, a ser apresentado por solicitação da Codevasf, para aprofundamento e detalhamento de questões técnicas relativas às atividades executadas ou em execução, a serem integrados nos Relatórios Parciais de Projeto e Relatórios Finais;
- 13.1.3. Versão Preliminar do Relatório Final (Minuta) – a ser apresentada, em nível de minuta, ao final dos serviços, com integração dos relatórios parciais e específicos, com ênfase nos resultados obtidos, evitando-se descrições e justificativas de metodologias, que deverão ser incluídas como anexos, com as memórias de cálculo e cópias dos desenhos produzidos, para exame e aprovação da Codevasf;
- 13.1.4. Versão Definitiva do Relatório Final – deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do comunicado de aprovação e/ou solicitação, pela Codevasf, de correção/revisão da versão preliminar

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
 - 14.1.1. Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da CONTRATADA para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.
 - 14.1.2. Planejamento em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar, demonstrando todas as etapas previstas para a execução do objeto contratado;
 - 14.1.3. Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
 - 14.1.4. Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
 - 14.1.5. A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Codevasf a regularidade jurídico/fiscal, trabalhista e técnica de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na Codevasf.
- 14.2. Providenciar junto ao CREA as anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496/77, apresentando as mesmas à fiscalização da Codevasf.
- 14.3. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público

Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

- 14.4. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília – DF (ou Superintendência Regional).
- 14.5. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 14.6. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 14.7. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 14.8. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 14.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 14.10. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao conselho de classe competente.
- 14.11. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 14.12. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 14.13. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a CONTRATADA deverá reforçar a garantia/caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5,0% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos quando aplicável).
- 14.14. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 14.15. Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 14.16. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 14.17. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 14.18. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre

a execução dos serviços.

- 14.19. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 14.20. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos projetos, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais, inclusive, quando da execução da obra objeto do presente projeto, o projetista poderá ser acionado em caso de alterações, erros ou falhas de projetos, ou simplesmente para dirimir dúvidas.
- 14.21. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 14.22. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 14.23. A CONTRATADA entende e aceita que para a execução dos serviços objeto da presente licitação deverá atender ainda às seguintes normas complementares:
- 14.23.1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- 14.23.2. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 14.24. A CONTRATADA ou terceirizada, e a equipe técnica ambiental deverão apresentar o certificado do registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, mantido pelo IBAMA, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 01 de 13 de junho de 1988, IN-IBAMA nº 96, de 30/03/2006 e IN-IBAMA nº 97, de 05/04/2006.

15. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 15.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste CONTRATO.
- 15.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 15.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do CONTRATO.
- 15.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 15.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 15.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as os produtos, obras e serviços

contratados.

15.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no CONTRATO.

16. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

16.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

16.1.1. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;

16.1.2. Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18, nos serviços que são obrigatórios;

16.1.3. Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4, nos serviços que são obrigatórios.

16.2. A CONTRATADA deverá atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, em seu art. 4º, que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais.

16.3. A CONTRATADA deverá atender os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010 (MPOG) que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

16.4. A CONTRATADA deverá observar as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

17. CONDIÇÕES GERAIS

17.1. Os resultados dos serviços, incluindo os desenhos originais, as memórias de cálculo, sistemas informatizados, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto dos serviços serão de propriedade da CODEVASF e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização da mesma.

17.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do CONTRATO a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

ANEXOS

ANEXO 1 - DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS

ANEXO 2 - RELATÓRIO DO PROJETO

ANEXO 3 - ORÇAMENTO REFERENCIAL PARA OS SERVIÇOS

ANEXO 4 - FORMULÁRIO MODELO DA PROPOSTA FINANCEIRA

ANEXO 5 - ESTUDOS PRELIMINARES DE REFERÊNCIA

ANEXO 6 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir esclarecer particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

A área de inserção do Canal Xingó é uma região caracterizada por um severo déficit hídrico. Além de escassas, as chuvas são também irregulares, possuem caráter torrencial e são concentradas em um curto espaço de tempo. Seu escoamento se dá num solo de baixa infiltração devido à presença do cristalino a pouca profundidade, ocorrendo rapidamente pelos leitos de ravinas e talvegues naturais, os quais não contam com escoamento de base expressivos. Ademais, o local registra as temperaturas médias mais elevadas do País e elevada taxa de evaporação.

Nesse sentido, a viabilização do projeto executivo do trecho inicial (Lote I) para a implantação do Canal Xingó é de grande valia, tendo em vista que o projeto visa abastecer a região com as seguintes ofertas de água:

<i>DEMANDA</i>	<i>P. Básico Vazão (m³/s)</i>
<i>FASE I</i>	
Projeto de Irrigação de Santa Brígida	8,50
Projeto de Irrigação de Manoel Dionísio	1,69
Projeto de Irrigação Califórnia	1,07
Projeto de Irrigação Jacaré–Curituba	1,96
Projetos de Assentamento	1,14
Imóveis Agricultura Familiar	1,05
Abastecimento Humano (sedes e rural)	0,61
Agroindústrias	0,01
Povoados	0,05
<i>FASES II a IV</i>	
Projetos de Assentamento	1,06
Imóveis Agricultura Familiar	2,70
Mancha N.S. da Glória	1,09
Agroindústrias	0,01
Abastecimento humano	8,41
TOTAL	29,35

Modalidade Licitatória: Licitação Eletrônica.

A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

Modo de Disputa: Aberto.

Justifica-se pela possibilidade de maior disputa entre os interessados garantindo a administração pública um preço mais vantajoso.

Divulgação da Estimativa de Preço: Público

Justifica-se por se tratar de serviços técnicos pagos a preço global necessitando, para melhor segurança na apresentação das propostas, da referência de preço do órgão. Bem como garantir a publicidade e economicidade do certame.

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço com escopo definido, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente tanto pelas especificações técnicas quanto por normas.

Ademais, a qualificação técnica-operacional e qualificação técnica-profissional são os instrumentos deste TR para garantir a qualidade e capacidade de execução das empresas interessadas.

Regime de execução: Empreitada por Preços Global.

Por ser possível definir previamente no TR, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual. Trata-se de projetos executivos visando a implantação de obras a serem elaborados conforme as especificações técnicas. Deste modo, os pagamentos seguirão o cronograma físico-financeiro aprovado contendo os documentos a serem apresentados em cada etapa.

Permissão de Participação de Consórcios: Sim, máximo de 2 empresas.

Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio, no máximo 2 empresas, baseado no princípio da ampliação da disputa objetivando a economicidade, possibilitando o reforço na capacidade técnica e financeira do Licitante, proporcionado maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, possibilitando a participação de maior número de Empresas. O número máximo estabelecido de 2 empresas foi determinado devido aos níveis de especialidades exigidas no objeto: estudos básicos e projeto executivo.

Permissão de Participação de Cooperativas: Não

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não propicia autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Permissão de Subcontratação: Sim

A logística necessária para cumprimento do objeto exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a subcontratação de serviços mais

simples ou operacionais, sem perdas na qualidade técnica e com ganhos em eficiência e economicidade, tendo em vista a otimização de recursos logísticos, tecnológicos e humanos de cada empresa dentro de sua especialidade.

Permissão de Microempresas: Sim

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

Visita: Não obrigatória, declaração automática no envio da proposta.

Não obrigatória, porém recomenda-se as LICITANTES realizar a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do CONTRATO. A LICITANTE ao encaminhar a PROPOSTA, estará declarando automaticamente que conhece o local e que possui uma avaliação dos problemas futuros.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Compatível

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto em Termo de Execução Descentralizada firmado com o Ministério do Desenvolvimento regional.

Desapropriação: Não

Para a execução dos serviços não será necessária a desapropriação de imóveis particulares.

Garantia do Objeto: Exigida.

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. A Contratada e seus responsáveis técnicos responderá por qualquer falha, vício ou defeito nos produtos apresentados.

Garantia de Execução (caução): Exigida.

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato conforme Edital.

Qualificação Técnica: Especificada.

A Qualificação Técnica mínima foi especificada no item 8 (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA) de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e dos produtos entregues.

ANEXO 2 – RELATÓRIO DO PROJETO

(Disponível em arquivo digital .pdf)

ANEXO 3 – ORÇAMENTO REFERENCIAL PARA OS SERVIÇOS

(Disponível em arquivo digital .xlsx)

ANEXO 4 - FORMULÁRIO MODELO DA PROPOSTA FINANCEIRA

(Disponível em arquivo digital.xlsx em branco para preenchimento)

ANEXO 5 – ESTUDOS PRELIMINARES DE REFERÊNCIA

(Disponível em arquivo digital)

ANEXO 6 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(Disponível em arquivo digital)